

A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA AUMENTOU EM PORTUGAL, MAS O PIB REAL POR HABITANTE E OS SALÁRIOS NÃO AUMENTARAM

Neste estudo, utilizando dados oficiais, mostramos que nos últimos 12 anos (2003-2015):

- 1- O nível de escolaridade da população empregada aumentou significativamente em Portugal através da “expulsão” 1.585.200 trabalhadores de baixa escolaridade (só durante o governo PSD/CDS foram expulsos 961,8 mil), que foram “substituídos” por 463,3 mil trabalhadores com o ensino secundário, e por 552,7 mil com o ensino superior;
- 2- Apesar deste aumento do nível de escolaridade da população empregada, o PIB real por habitante praticamente não cresceu neste período pois, entre 2003 e 2015, passou de 16.300€ para 16.800€ a preços de 2010 (+1,8% em 12 anos, uma média de 0,15%/ano);
- 3- Entre 2010 e 2015, portanto com o governo PSD/CDS, apesar do emprego da população com o ensino secundário e superior ter aumentado em 532 mil, e os com ensino básico terem diminuído em 961,8 mil, a Remuneração Base Média Mensal diminuiu de 962,9€ para 952,7€ segundo o Boletim Estatístico do Ministério do Trabalho e Segurança Social;
- 4- Tudo isto mostra que após a entrada de Portugal na zona do euro, registou-se um aumento da escolaridade sem que isso tivesse determinado crescimento económico significativo e melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Uma das afirmações mais comuns e pacíficas é precisamente a de que o aumento do nível de escolaridade é fundamental para que aumente a produtividade e a riqueza criada num país. Por essa razão, o investimento na educação é vital para um país se desenvolver. No entanto, a análise empírica mostra que pode haver aumento do nível de escolaridade da população empregada, mas o crescimento económico ser nulo ou praticamente inexistente assim como não se verificar uma subida sustentada dos salários. A experiência portuguesa dos 12 últimos anos (**após a entrada no euro**) prova precisamente isso. Ela mostra que podem surgir fatores que impedem que o aumento de escolaridade tenha os efeitos positivos que se esperaria. O aumento de escolaridade é uma condição necessária mas não suficiente para impulsionar o crescimento económico e o desenvolvimento.

O AUMENTO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA CONSEGUIDO ATRAVÉS DA EXPULSÃO 1,5 MILHÕES DE TRABALHADORES DE BAIXA ESCOLARIDADE

O quadro 1, com dados do INE, mostra a alteração verificada na população empregada em Portugal, em termos de nível de escolaridade, entre 2003 e 2015, período do euro.

Quadro 1 – Nível de escolaridade da população empregada – 2003-2015

ANOS	Até ao básico - 3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	TOTAL	Até ao básico 3º ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
	Milhares				Percentagem do TOTAL		
2003	3 867,4	669,9	580,6	5117,9	75,6%	13,1%	11,3%
2004	3 748,6	697,9	676,3	5122,8	73,2%	13,6%	13,2%
2005	3 694,8	740,9	686,9	5122,6	72,1%	14,5%	13,4%
2006	3 668,1	777,3	714,1	5159,5	71,1%	15,1%	13,8%
2007	3 660,1	776,6	733,0	5169,7	70,8%	15,0%	14,2%
2008	3 629,4	791,8	776,6	5197,8	69,8%	15,2%	14,9%
2009	3 405,6	848,8	799,7	5054,1	67,4%	16,8%	15,8%
2010	3 244,0	904,4	829,8	4978,2	65,2%	18,2%	16,7%
2011	2 913,1	935,2	891,8	4740,1	61,5%	19,7%	18,8%
2012	2 670,9	949,9	926,0	4546,8	58,7%	20,9%	20,4%
2013	2 474,2	1 010,0	945,1	4429,3	55,9%	22,8%	21,3%
2014	2 342,5	1 080,8	1 076,3	4499,6	52,1%	24,0%	23,9%
2015	2 282,2	1 133,2	1 133,3	4548,7	50,2%	24,9%	24,9%
Var.03-15	-1585,2	463,3	552,7	-569,2			
Var. %	-41,0%	69,2%	95,2%	-11,1%	-33,6%	90,3%	119,6%
2007-2015	-1.377,9	356,6	400,3	-621,0			
2010-2015	-961,8	228,8	303,5	-429,5			

FONTE: Estatística de Emprego - 2003-2015 - INE

Aumentou o nível de escolaridade da população empregada mas não cresceu a riqueza nem os salários

Entre 2003 e 2015, a percentagem da população com o ensino básico na população total empregada diminuiu de 75,6% para 50,2%, enquanto a população empregada com o ensino secundário aumentou de 13,1% para 24,9%, e a com o ensino superior subiu de 11,3% para 24,9%, ou seja, a população empregada com o ensino secundário e superior quase duplicou. Neste período, 1.585.200 trabalhadores de baixa escolaridade foram expulsos do mercado de trabalho, sendo 961,8 mil (60,1%) durante o governo do PSD/CDS e da “troika”. Uma parte significativa destes trabalhadores foram depois engrossar o “exército de reserva” dos desempregados e do “inativos disponíveis” que deixaram de procurar emprego, sendo utilizados pelos patrões como instrumento de chantagem para congelar e mesmo reduzir os salários. No 3º Trim.2016, somavam 800.300 (549.500 desemprego oficial + 250.800 “inativos disponíveis”) o que correspondia a uma taxa de desemprego efetiva de 14,7%. E apenas 27 em cada 100 destes desempregados efetivos é que estavam a receber subsídio de desemprego em Setembro de 2016.

APESAR DO AUMENTO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA O PIB REAL POR HABITANTE PRATICAMENTE NÃO AUMENTOU

Apesar do aumento do nível de escolaridade da população empregada, o PIB real praticamente não aumentou no período 2003-2015, como mostram os dados do Eurostat.

Quadro 2- PIB real (a preços de 2010) por habitante no período 2003-2015

ANOS	PIB real por habitante a preços de 2010		
	U.E.-28 países	Portugal	Portugal % U.E.
2003	23.900 €	16.300 €	68,2%
2004	24.400 €	16.500 €	67,6%
2005	24.800 €	16.600 €	66,9%
2006	25.500 €	16.800 €	65,9%
2007	26.200 €	17.200 €	65,6%
2008	26.200 €	17.200 €	65,6%
2009	25.000 €	16.700 €	66,8%
2010	25.500 €	17.000 €	66,7%
2011	25.800 €	16.700 €	64,7%
2012	25.600 €	16.100 €	62,9%
2013	25.600 €	16.000 €	62,5%
2014	26.000 €	16.300 €	62,7%
2015	26.500 €	16.600 €	62,6%
Var.2003-15 -Euros	2.600 €	300 €	
Var. % 2003-15	10,9%	1,8%	-8,2%
Var. % 2010-15	3,9%	-2,4%	-6,0%

FONTE. Eurostat

Apesar da população empregada com o ensino secundário e superior ter quase duplicado no período 2003-2015 (passou de 1,25 milhões para 2,28 milhões), e a população empregada com o ensino básico ou menos, ter diminuído em 1,585 milhões, o PIB por habitante em Portugal a preços constantes de 2010, segundo o Eurostat, apenas aumentou 300€, ou seja, 1,8% em 12 anos, o que dá um crescimento médio de 0,15% ao ano, um aumento praticamente nulo. E isto apesar da população total ter diminuído em 107,9 mil neste período, pois se isso não tivesse acontecido o valor de 2015 ainda seria mais baixo. No período do governo PSD/CDS e da “troika” (2010-2015) verificou-se mesmo uma variação negativa no PIB real por habitante em Portugal (-2,4%). E entre 2010 e 2015, a população total diminuiu em 298,6 mil. Pelo contrário, nos 28 países da União Europeia, no período 2003-2015, o PIB real por habitante cresceu em média 10,9%, o que determinou que Portugal, no lugar de convergir para média europeia, tivesse divergido, aumentando assim o atraso do país relativamente aos outros países da U.E

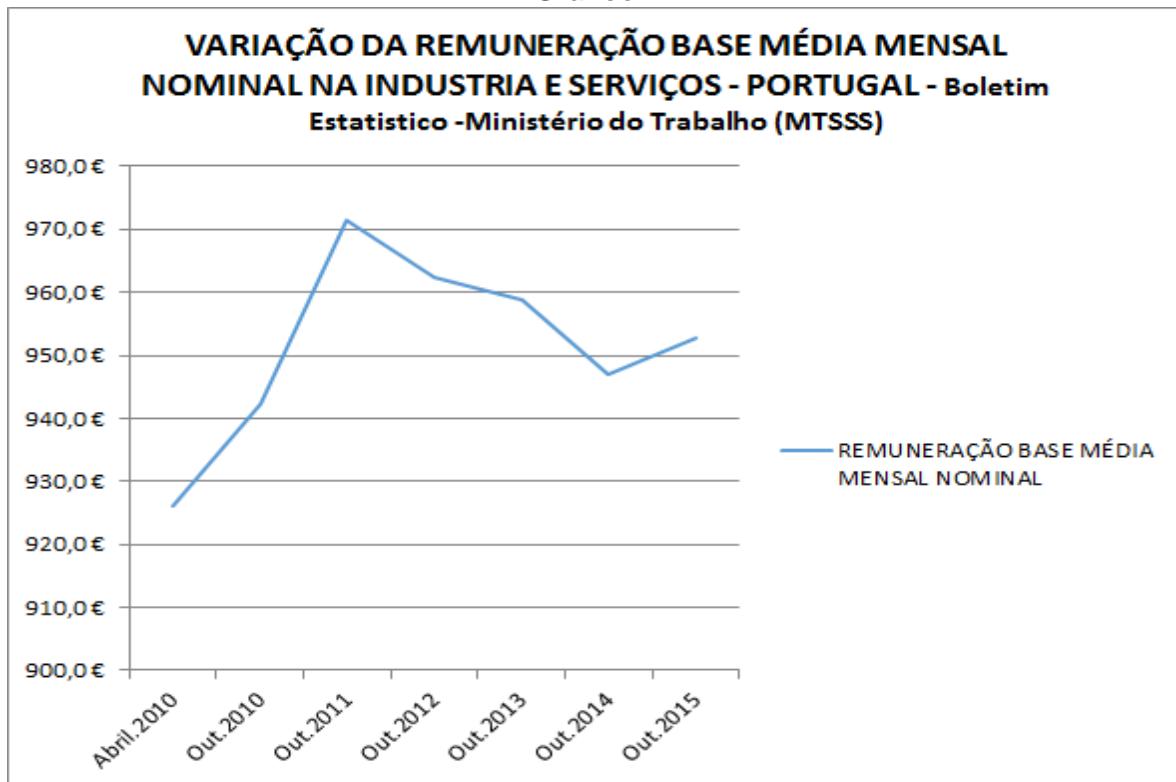
APESAR DO AUMENTO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADO, OS SALÁRIOS NOMINAIS DESCERAM EM PORTUGAL

Apesar de se ter verificado em Portugal uma alteração significativa na composição da população empregada em termos habilitações académicas, nomeadamente no período do

Aumentou o nível de escolaridade da população empregada mas não cresceu a riqueza nem os salários

governo PSD/CDS e “troika” (neste período, segundo dados do INE, 961,8 mil trabalhadores com o ensino básico ou menos foram expulsos do mercado de trabalho, e o número de trabalhadores empregados com o ensino secundário e superior aumentou em 532,3 mil); repetindo, apesar deste aumento significativo da população empregada com o ensino secundário e superior, verificou-se uma redução dos salários nominais ilíquidos como revela o gráfico 1, construído com dados divulgados no Boletim Estatístico do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Gráfico 1



É evidente não só o valor muito baixo do salário base médio ilíquido mensal na indústria e serviços em Portugal (inferior a 960€/mês), mas também a sua diminuição verificada nos últimos anos. E isto apesar do aumento do nível de escolaridade da população empregada no nosso país. E tenha-se presente que ainda não se está a entrar em consideração com a elevada erosão que estes salários brutos (ilíquidos) sofreram devido à inflação e ao aumento enorme dos impostos.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

Os dados do INE, do Eurostat e do Ministério do Trabalho, que utilizamos neste estudo, levam à conclusão que, após a entrada de Portugal na zona euro (o euro *começou a circular em 1 de Janeiro de 2002*), uma moeda sobrevalorizada e pouco flexível (*em relação à qual o país deixou de ter qualquer controlo*), e inadequada ao nível de desenvolvimento da economia portuguesa, junto à imposição do garrote do Tratado Orçamental que dificulta o investimento público, a que se junta os efeitos nocivos de uma globalização capitalista desregulamentada; repetindo, após a entrada na zona do euro, a riqueza real criada por habitante (PIB real per capita) em Portugal praticamente estagnou, o que determinou que Portugal divergisse da média dos países da União Europeia. E tal evolução negativa acentuou-se com a política de austeridade violenta imposta pelo governo PSD/CDS e “troika” que, apesar do valor do PIB por habitante português representar apenas 66,7% da média dos países da U.E. em 2010 ainda sofreu uma forte quebra (*em 2015, passou para apenas a 62,6%*). E isto apesar do nível médio de escolaridade da população empregada ter aumentado, pois a com o ensino secundário e superior quase duplicou. A remuneração base média mensal ilíquida manteve-se em valores muito baixos (<960€), tendo registado uma diminuição entre 2010/2015, o que revela, por um lado, que a economia portuguesa continua a assentar fundamentalmente em baixas qualificações e, por outro lado, que o nível de exploração dos trabalhadores aumentou com a crise.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 19-11-2016